

A TRAJETÓRIA E OS DESAFIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA



MACIEL, Izadora da Silva¹; TRINDADE, Ana Laura Machado¹;
ZAMBRANO, Eliza de Oliveira¹.
*izasmaciel@gmail.com

VIANNA, Carolina Alt da Silva²; GOMES, Marcos Gularte²; GRIEBELER,
Adriane²; NUNES, Simone Terezinha Gonçalves².

¹Discentes do Curso de Direito, Nível 1 2025/1- Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

²Docentes do Curso de Direito, Nível 1 2025/1 - Faculdade IDEAU – Bagé/RS.



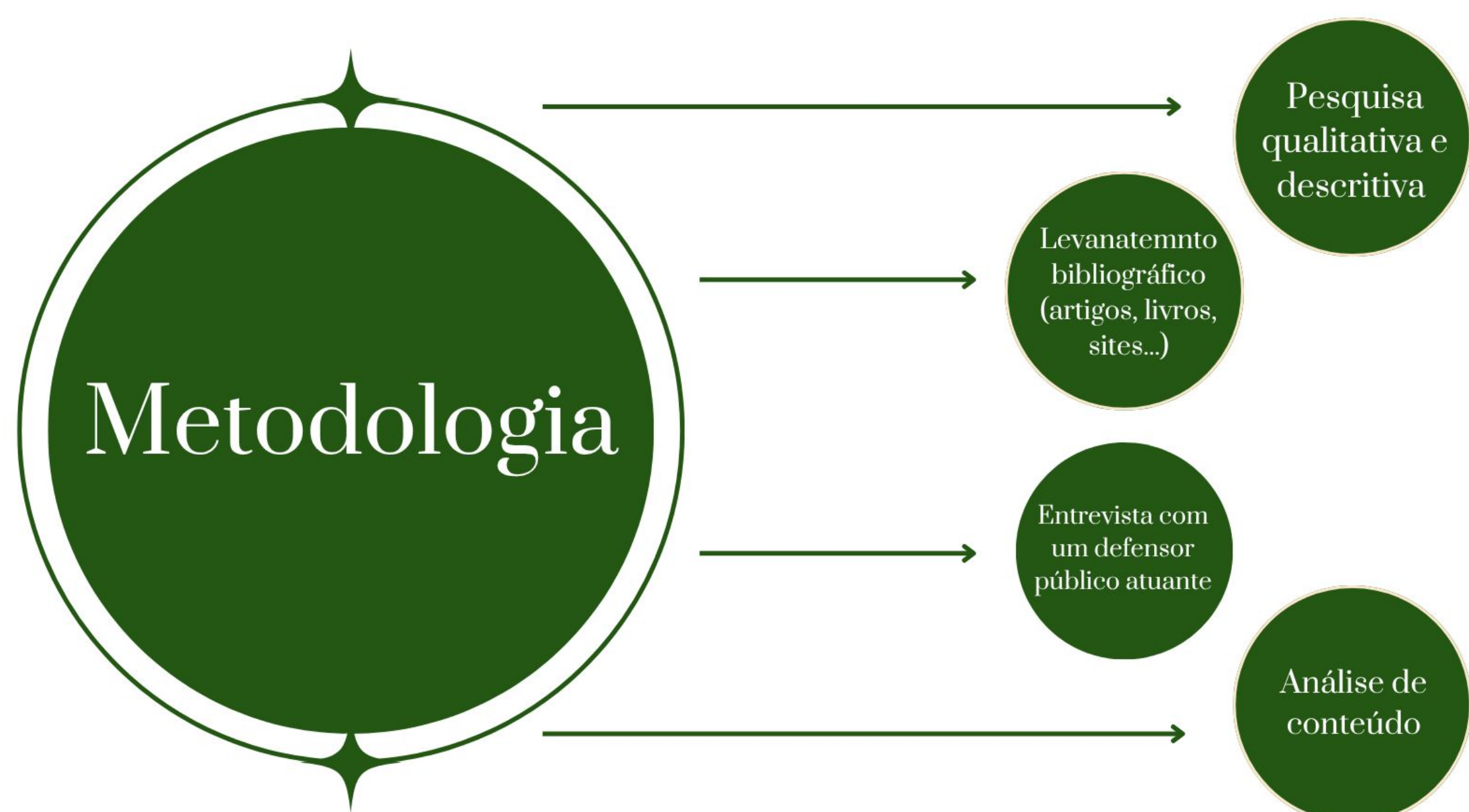
MOSTRA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
Mostra de Criação e Inovação

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No artigo realizado, abordou-se o tema de Defensoria Pública como órgão de acesso à justiça, seu histórico, suas atribuições, a DPE/RS, seus desafios, entre outros aspectos.

O objetivo principal da pesquisa é analisar a instituição estatal mencionada, ressaltar sua imprescindibilidade para a igualdade da ampla defesa e contraditório, garantia e proteção de direitos e acesso à assistência jurídica gratuita, a fim da compreensão e conhecimento da sua relevância em sociedade, bem como no sistema judiciário.

METODOLOGIA



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da entrevista realizada com o defensor público, pôde-se perceber os desafios que a Defensoria Pública enfrenta na prática. O entrevistado destacou pontos importantes, como necessidade de evolução e mudança dos órgãos públicos como um todo.

Sua visão da Defensoria, como um profissional atuante na área, é de um “agente transformador da realidade”, em razão de que por ela, é possível mudar a vida de pessoas e, com isso, mudar a realidade delas, de alguma forma. Também destacou-se que a entidade teve grande evolução ao longo do tempo, mas ainda se encontra em constante transformação.

Mesmo a Defensoria sendo elemento primordial para a garantia e proteção de direitos humanos e fundamentais

daqueles mais vulneráveis, encontram-se entraves para a efetivação do seu papel em sociedade, estes também destacados pelo entrevistado. Para atingir o objetivo de forma desejável, é necessário haver mudanças nesse meio.

A insuficiência de recursos materiais e orçamento limitado foram alguns dos principais desafios apontados pelo defensor. Segundo ele, para atender seu público melhor, é preciso um quadro técnico maior e, consequentemente, mais defensores públicos, levando à outra questão: a escassez de defensores públicos em várias comarcas do Brasil. A sobrecarga de trabalho, juntamente com a falta de profissionais na área, diminui a qualidade do atendimento.

Para solucionar tal dificuldade, é necessário aumentar o número de defensores públicos, valorizar a carreira destes, bem como oferecer acesso à tecnologia moderna, que ajuda na praticidade do trabalho. Para as demais problemáticas, como a falta de orçamento, é inegável a exigência de uma estrutura melhor e mais moderna, combatendo a burocratização dos processos internos, estrutura essa que deve ser dada pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos tópicos estudados ao longo do trabalho, observou-se que a Defensoria é verdadeiramente importante para o Estado Democrático do Direito, visto que sua atuação vai além do âmbito judicial, pois ela garante e protege direitos dos mais vulneráveis e hipossuficientes, combatendo a desigualdade.

A Defensoria Pública tem seu papel baseado nos fundamentos principais da nossa Constituição Cidadã. Com isso, conclui-se que é função do Estado fortalecer e estruturar esta instituição, uma vez que vários de seus problemas são devido à questão orçamentária.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Alberto Luiz et al. Proteger, transformar e emancipar: os três papéis da Defensoria Pública no direito brasileiro. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, v. 1, n. 32, p. 100-121, 2023.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília DF: Presidência da República, 1988.

CAPPELLETTI Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988.